

ECONOMIA, DESENVOLVIMENTO E CRISE SANITÁRIA NO BRASIL: O FALSO DILEMA ENTRE ECONOMIA E SAÚDE

ECONOMY, DEVELOPMENT AND HEALTH CRISIS IN BRAZIL: THE FALSE DILEMMA BETWEEN ECONOMY AND HEALTH

BRAGA FILHO, Hélio
Uni-FACEF
hgp@com4.com.br

ANDRADE, Leonardo H.
Uni-FACEF
prof_leoandrade@yahoo.com

ENGLER., Helen Barbosa Raiz
Unesp
helenraiz@hotmail.com

POUSA, Jonatan
Uni-FACEF
pousa.jonatan@gmail.com

Recebido em 09/2021 – Aprovado em 12/2021

Resumo

As crises econômicas exercem sobre as economias nacionais impactos diferenciados, tanto em intensidade como em duração, cuja superação depende acima de tudo da eficácia das ações da política econômica. Contudo, em se tratando de uma crise sanitária global como a da COVID-19, não basta aos governos nacionais apenas recorrerem ao emprego dos convencionais instrumentos de ação econômica para enfrentarem uma crise de magnitude e complexidade como esta, mesmo porque, a sua intensidade e duração dependerá sobremaneira da eficácia e da velocidade de respostas oferecidas pelas áreas do governo diretamente envolvidas como é o caso das áreas econômica e de saúde. O objetivo do artigo foi examinar se realmente existe um dilema entre economia e saúde diante da crise sanitária provocada pela COVID-19. Quanto à metodologia, o artigo foi construído através de uma pesquisa qualitativa baseada em consulta realizada em livros, artigos acadêmicos e informes de entidades internacionais, além do que, contou ainda com o emprego de indicadores estáticos e dinâmicos de caráter econômico e social. Como conclusão, verificou-se que apesar da resistência e da persistência do governo federal em admitir existir um dilema entre economia e saúde, constatou-se que o mesmo é falso.

Palavras-chave: Economia, Saúde, COVID-19.

Abstract

Economic crises have different impacts on national economies, both in intensity and duration, the overcoming of which depends above all on the effectiveness of economic policy actions. However, in the case of a global health crisis such as that of COVID-19, it is not enough for national governments to just resort to the use of conventional instruments of economic action to face a crisis of magnitude and complexity like this one, especially because its intensity and duration will depend greatly on the effectiveness and speed of responses provided by the areas of government directly involved, such as the economic and health areas. The aim of the article was to examine whether there really is a dilemma between economics and health in view of the health crisis caused by COVID-19. As for the methodology, the article was built through a qualitative research based on consultation carried out in books, academic articles and reports from international entities, in addition to which, it also counted on the use of static and dynamic indicators of economic and social character. In conclusion, it was found that despite the resistance and persistence of the federal government in admitting that there is a dilemma between economics and health, it was found to be false.

Keywords: *Economy, Health, COVID-19.*

INTRODUÇÃO

As crises econômicas exercem sobre as economias nacionais impactos diferenciados, tanto em intensidade como em duração, cuja superação depende acima de tudo da eficácia das ações da política econômica.

Contudo, em se tratando de uma crise sanitária global como a da COVID-19, não basta aos governos nacionais apenas recorrerem ao emprego dos convencionais instrumentos de ação econômica para enfrentarem uma crise de magnitude e complexidade como esta, mesmo porque, a sua intensidade e duração dependerá

sobremaneira da eficácia e da velocidade de respostas oferecidas pelas áreas de governo diretamente envolvidas como é o caso das áreas econômica e de saúde.

Diante das recomendações de prevenção, além é claro da área de saúde, uma das áreas a serem mais afetadas por esta crise sanitária foi a economia e, por consequência direta o emprego e a renda.

Assim, o objetivo do artigo foi examinar se realmente existe um dilema entre economia e saúde diante da crise sanitária provocada pela COVID-19.

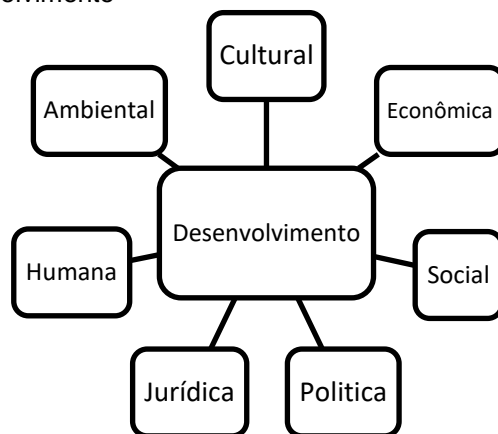
O artigo foi construído através de pesquisa qualitativa baseada em consulta realizada em livros, artigos acadêmicos e informes de entidades internacionais, além do que, contou ainda com o emprego de indicadores estáticos e dinâmicos de caráter econômico e social.

O artigo foi estruturado em quatro seções incluindo a introdução. A seção 1 tratou de abordar como questões preliminares o significado de termos como dualismo, dilema econômico e trade-off. Na sequência, como sub-seção da primeira, procurou-se esboçar um breve panorama econômico e social do Brasil antes da pandemia da COVID-19. A segunda seção cuidou de explicar os procedimentos metodológicos. Em seguida, a terceira seção procurou sintetizar o conteúdo abordado nas seções anteriores a partir de uma abordagem baseada na visão sistêmica. Finalmente, a última seção foi dedicada às considerações finais.

QUESTÕES PRELIMINARES: DUALISMO, TRADE-OFF E DILEMA ECONÔMICO

Decorridos mais de meio século, no âmbito das Ciências Sociais, especificamente na Economia, crescimento e desenvolvimento deixavam de ser sinônimo para assumirem significado diferenciado, de modo que, crescimento econômico caracterizava-se por ser um fenômeno quantitativo, enquanto o desenvolvimento

Figura 1: Dimensões do Desenvolvimento



Fonte: Elaboração dos autores

econômico caracterizava-se por ser um fenômeno qualitativo.

Além disto, o desenvolvimento, enquanto categoria analítica, ao longo das últimas cinco décadas incorporou ao seu arcabouço teórico outras dimensões, tais como a social, a humana, a política e a ambiental, tornando-o desta forma um fenômeno amplo e complexo.

As categorias são os conceitos básicos que refletem os aspectos essenciais, propriedades e relações dos objetos e fenômenos. [...] As categorias são o instrumento metodológico da dialética para analisar os fenômenos da natureza e da sociedade. Portanto, são fundamentais para o conhecimento científico e indispensáveis nos estudos de qualquer ciência e na vida social. [...]. Cabe destacar que todas as categorias estão relacionadas umas com as outras (RICHARDSON, 1999, p.49-50).

Diante disto, assim como as categorias, entendemos que o desenvolvimento é resultante do conjunto de relações de causalidade entre as suas diferentes dimensões.

Assim, as diferentes dimensões (partes) do desenvolvimento (todo) estabelecem relações de causalidade e de interdependência, denotando desta forma, a existência de um sistema.

A ideia de sistema não deve ser confundida com a de todo, cuja imagem se forma antes do conhecimento das partes. Um sistema somente pode ser identificado através de

uma exata definição de um conjunto de relações que fazem com que suas partes sejam interdependentes (FURTADO, 1964, p.15).

Observa-se que a figura 1 ilustra com clareza as dimensões do desenvolvimento, as quais, por sua vez, estabelecem entre si relações de causalidade e interdependência, basta verificar que o desenvolvimento econômico depende do desenvolvimento social e vice-versa.

Em relação à dimensão cultural, Furtado (1964) afirmara que tensões psicossociais podem ocorrer em virtude do descompasso entre a velocidade das mudanças que ocorrem na base material da cultura como as transformações no sistema de produção, comparativamente às mudanças mais lentas que ocorrem na base não-material da cultura como a organização social, a ciência e a moral, entre outras.

Os impactos sobre o meio ambiente e as mudanças climáticas provocadas pelos processos sujos de produção, pelos elevados níveis de consumo que acabam inclusive exercendo efeitos negativos na área de saúde, retratam muito bem as estreitas relações de causalidade e interdependência do desenvolvimento com outras dimensões como a cultural, a econômica, a ambiental e a social.

Isto posto, consideramos relevante explicar o significado de determinados termos que no âmbito da Ciência Econômica retratam situações

que caracterizam alguma aproximação/semelhança com o termo dualismo.

De acordo com o Dicionário Novo Aurélio da Língua Portuguesa, para o termo dualismo encontramos o seguinte significado:

dualismo. (De dual+ismo) S.m.1. Dualidade. 2. Filos. P. ext. Coexistência de dois princípios ou posições contrárias, opostas. Havia nele o dualismo do bem e do mal. [...]. 3. Fis. Existência de duas teorias e interpretações para os fenômenos luminosos ou, em geral, para os fenômenos radioativos: [...]. (FERREIRA, 1999, p.709).

Sob a ótica da economia, o termo dualismo significa:

Dualismo. Concepção segundo a qual as economias encontram-se divididas em dois setores que de certa forma de opõem, como por exemplo, a indústria e a agricultura, ou um setor moderno e um arcaico, um avançado e outro atrasado, um rural e outro urbano. (SANDRONI, 2006, p.265-266).

Por sua vez, no campo da Teoria do Desenvolvimento o dualismo fora incorporado, principalmente no Brasil, para explicar o seu subdesenvolvimento como sendo fruto da tensão existente entre o setor rural (arcaico) e o setor moderno (indústria), uma vez que, o setor arcaico acabava impedindo o desenvolvimento do setor moderno.

No Brasil, o dualismo desenvolveu-se a partir dos anos 50 com as concepções estruturalistas (os Dois Brasis ou o Dualismo Estrutural), sendo que as estruturas atrasadas do meio rural seriam um impedimento ao desenvolvimento dos setores dinâmicos como a indústria, na medida em que não eram capazes de proporcionar alimentos e matérias-primas baratas para a indústria [...] (SANDRONI, 2006, p. 266).

Ocorre que naquela época – referimo-nos à década de 1950, embora o problema prolongou-se até aproximadamente à década de 1980 – a inelasticidade da oferta agrícola em confronto com uma demanda elástica, produzia, por um lado inflação, por outro, pressão sobre as

importações que acabavam provocando déficits comerciais.

Ademais, a inelasticidade da oferta de produtos agrícolas ao provocar inflação acabava reduzindo o poder real de compra dos trabalhadores, limitando por sua vez, o consumo de bens industrializados.

Podemos ainda considerar o termo dualismo, como sendo equivalente ao termo dilema, que significa também: “[...] Situação embaraçosa com duas saídas difíceis ou pessoas. [...]” (FERREIRA, 1999, p. 682).

Em se tratando de situação embaraçosa ou, conflitante, admitimos ser válido o emprego da expressão trade-off.

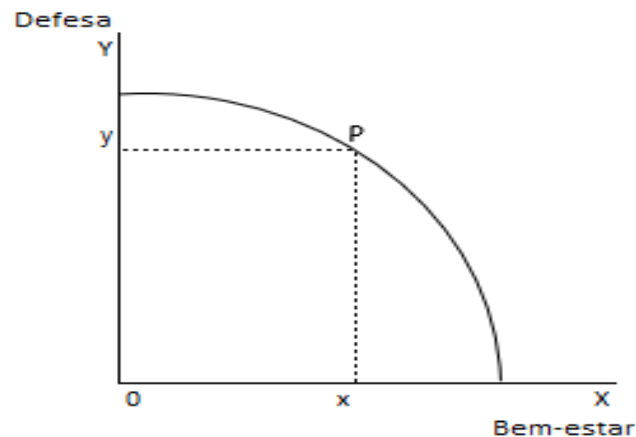
Em economia, a expressão que define situação de escolha conflitante, isto é, quando uma ação econômica que visa a resolução de determinado problema acarreta, inevitavelmente, outros. Por exemplo, de acordo com as concepções keynesianas modernas, em determinadas circunstâncias a redução da taxa de desemprego apenas poderá ser obtida com o aumento da taxa de inflação, existindo, portanto, um trade-off entre inflação e desemprego (SANDRONI, 2006, p. 852).

De fato, a situação conflitante entre inflação e desemprego indica uma escolha, difícil, pois, envolve uma decisão que significa priorizar um objetivo de natureza econômica relacionado à estabilidade da economia em detrimento de outro objetivo de viés social.

Ainda sob o prisma da economia admitimos ser válida uma outra abordagem que se traduz de fato em um dos dilemas fundamentais da teoria econômica, o qual relaciona-se à eficácia alocativa de recursos.

Fortemente relacionado ao conflito entre a escassez de recursos e as ilimitáveis necessidades e aspirações sociais, a eficácia alocativa, segunda questão-chave da economia, traduz-se pela inexorabilidade do processo de escolha. Dadas as possibilidades sempre limitadas de produção, todas as nações, em todas as épocas e lugares, sempre defrontaram com a definição de prioridades

Figura 2: O dilema das espadas e dos arados



Fonte: Rossetti (2000), adaptada pelos autores.

para a destinação dos recursos. E, entre as grandes prioridades, há duas que se destacam por sua relevância e pelas consequências econômicas, sociais e políticas das escolhas feitas. São, na realidade, dois dilemas fundamentais. (ROSSETTI, 2000, p. 229).

No primeiro caso, o dilema de produção relaciona-se à escolha entre espadas e arados ou segurança e bem-estar, conquanto no segundo caso o dilema relaciona-se à escolha entre consumo e investimento.

O dilema das espadas e arados ou segurança e bem-estar decorre, como quaisquer outras escolhas, da escassez de recursos. Descritos como extra-econômicos, os dispêndios militares destinam-se essencialmente a defender o país de ameaças externas e a garantir o cumprimento de disposições institucionais internas. Mas eles competem com outras exigências sociais, também atendidas pela alocação de recursos públicos. Mais espadas tem como custo de oportunidade menos arados. (ROSSETTI, 2000, p. 229).

Para demonstrar com mais clareza o dilema das espadas e arados ou segurança e bem-estar, recorreremos ao emprego da ilustração contida na figura 2.

Os recursos destinados à defesa (Oy) são bem mais elevados daqueles destinados ao bem-estar

(Ox), indicando neste caso nítida preferência pela defesa/segurança em detrimento do bem-estar.

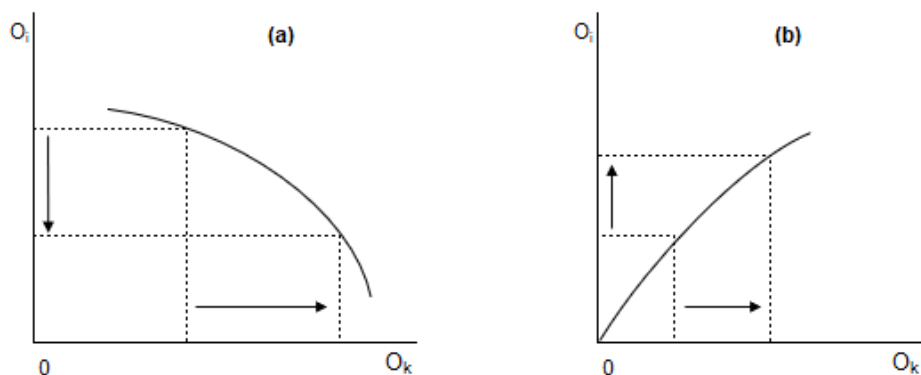
No âmbito das políticas públicas, notadamente a política econômica, o governo dispõe de instrumentos de ação como os fiscais/ tributários, monetários e cambiais cuja mobilização destina-se a alcançar três objetivos fundamentais quais sejam: crescimento, estabilidade e equitatividade, os quais, não obedecem necessariamente esta mesma ordem, tendo em vista que os objetivos podem ocupar diferentes posições em termos de prioridades.

Basta verificar que nas décadas de 1980 e 1990, o combate à inflação ocupou espaço de prioridade da política econômica brasileira, tanto é que, diferentemente da década de 1970 – período em que o país alcançou elevadas taxas de crescimento econômico – a economia do país cresceu à taxas médias anuais bem inferiores.

Além do mais, no âmbito da política econômica a escolha dos objetivos além de ser uma decisão difícil, envolve outras questões e sofre de algumas limitações.

Além das questões éticas que estão em jogo quando se escolhem os objetivos da política econômica, há ainda uma multiplicidade de aspectos técnicos que exigem solução racional. Esses aspectos decorrem de que dificilmente é possível a inclusão, em uma mesma função coletiva de utilidade, de todos

Figura 3: Interconcliação dos objetivos da política econômica



Fonte: Rossetti (1997).

os objetivos que a coletividade entenda devam ser perseguidos. A necessidade de escolha resultade que não é possível a realização simultânea de todos os objetivos básicos e daqueles que os complementam (ROSSETTI, 1987, p. 144).

Por sua vez, diante da possibilidade de existir mais de um objetivo a ser alcançado, convém assinalar que as seguintes situações podem se manifestar, quais sejam: (a) os objetivos são independentes; (b) os objetivos serem conflitantes; (c) os objetivos podem ser complementares; (d) pode ocorrer a complementaridade (ROSSETTI, 1997).

A título de exemplo, selecionamos para ilustrar, as situações em que os objetivos são conflitantes e complementares.

A figura 3 representa uma situação na qual os objetivos são conflitantes.

Neste caso, não há condições efetivas para que sejam simultaneamente realizados. A obtenção de resultados positivos para K implica a geração de condições adversas para que se alcance, no mesmo intervalo de tempo, o objetivo i (ROSSETTI, 1987, p. 144).

Embora as decisões tomadas pelos executores da política econômica sejam influenciadas por um sistema de valores, em certas circunstâncias, a escolha de um objetivo pode resultar em sacrifício de outro, visto que, ambos são

conflitantes, como é o caso clássico da inflação e do emprego.

A figura (b) ilustra uma situação na qual os objetivos são complementares.

Neste caso, além de os objetivos k e i poderem ser realizados simultaneamente, a execução de um auxilia a execução do outro. Trata-se de uma situação em que os objetivos se reforçam mutuamente (ROSSETTI, 1987, p. 144).

No primeiro caso, o combate à inflação quando baseado em terapias ortodoxas – salvo casos excepcionais - provoca impacto direto e negativo sobre o nível de emprego, isto é, acaba gerando desemprego.

Em relação ao segundo caso, o crescimento econômico é um objetivo complementar à expansão do emprego.

Convém ainda assinalar que os objetivos da política econômica devem atender os interesses de outros segmentos da sociedade tais como as confederações, os sindicatos, os partidos políticos – em casos excepcionais as organizações internacionais – o sistema financeiro, grupos econômicos. Além disto, as políticas públicas representam um locus de interesses conflitantes, uma verdadeira arena onde se trava constantes embates entre diferentes segmentos da sociedade.

Dado esse leque de disputas e interesses, as políticas de Estado, no curto prazo, é o resultado das relações de forças no seio do Estado, [...]. Caso olhássemos o funcionamento do Estado, apenas nesse nível, concluiríamos que suas políticas e resultados são extremamente caóticos e contraditórios, entretanto, quando se observa a evolução do bloco no poder e do capital em geral verifica-se que os resultados das políticas são manifestações da hegemonia restrita (ou ampla) de bloco no poder que leva a ampliação da acumulação capitalista em geral e em maior grau da fração hegemônica (TEIXEIRA; PINTO, 2012, p. 14 – 15).

De fato, não bastassem os dilemas e as limitações da política econômica, bem como das demais políticas públicas, fica evidente o poder de influência exercido por determinados segmentos da sociedade, pois, em prol dos seus próprios interesses pouco se importam com os problemas de ordem social.

Basta verificar que, num país como o Brasil, cujo perfil distributivo da renda revela acentuada concentração e, por conseguinte, expressiva desigualdade social, tendo em vista a existência de elevado número de pessoas em situação de pobreza, o volume de recursos financeiros destinados à área social deveria ser suficiente para no mínimo erradicar a pobreza no país. Porém, a transferência de recursos financeiros do Governo Central para o pagamento da dívida pública absorve soma elevada de valores, tanto que, segundo o Ministério da Fazenda/ Tesouro Nacional, de 2003 até 2019 foram destinados ao pagamento de juros da dívida pública o equivalente a R\$3.366 (trilhões), dos quais, mais da metade, ou seja, R\$1.928 (trilhões) fora pago entre 2014 a 2019.

Panorama econômico e social do Brasil antes da pandemia do Covid-19.

Os argumentos anteriormente apresentados serviram para explicar na perspectiva da economia diferentes situações que caracterizam a existência de conflitos/dilemas.

Embora seja o Brasil classificado como economia emergente, o desenvolvimento do país ainda é matizado por acentuados desequilíbrios regionais, pela desigualdade e, por inúmeras contradições, além do que, para muitos dos seus problemas, as decisões no âmbito das políticas públicas declinam certa preferência em agir sobre os efeitos em detrimento das causas.

Causa é o fenômeno que produz fenômeno. Efeito é o resultado produzido pela causa. [...], a causalidade é objetiva, inerente à realidade, revelada ao homem no conhecimento e na prática. É fundamental para a ciência: conhecendo as causas o homem pode contribuir para a ação dos fenômenos, acelerar fenômenos úteis (colheita) e restringir os nocivos (doenças) (RICHARDSON, 1999, p. 51).

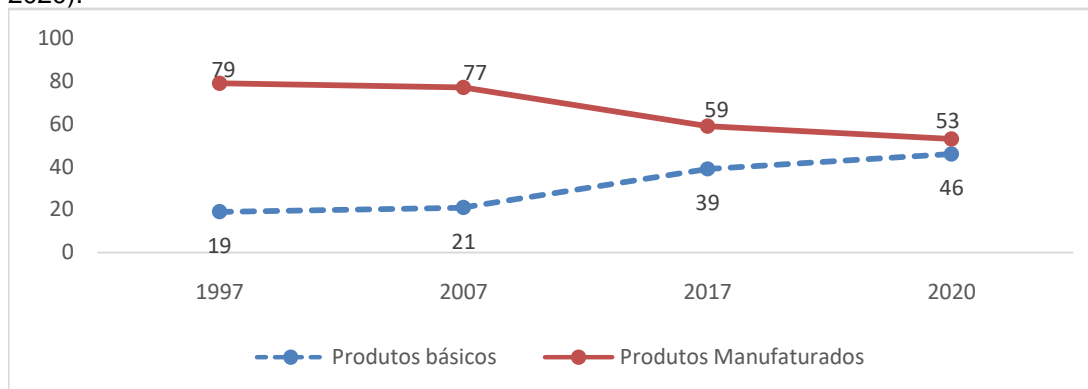
Assim, muitos problemas no país acabam se arrastando por longos períodos como a má distribuição da renda, a desigualdade em sentido amplo, a igualdade de direitos etc., pois, quando a intervenção deveria ser sobre as causas, a mesma se dá sobre os efeitos.

Desta maneira, o desenvolvimento brasileiro é um processo inconclusivo/ inacabado, além do que em determinadas circunstâncias/ conjunturas, problemas estruturais não resolvidos dificultam ainda mais a sua superação.

Embora já faça um bom tempo em que os fatos tenham mostrado que crescimento não é sinônimo de desenvolvimento, para muitas economias como a do Brasil, o crescimento econômico é fundamental para o desenvolvimento. Aliás, no Brasil, após três décadas (1951-1980) em que a taxa média anual de crescimento do PIB – segundo o indicador PIB – preços de mercado, variação real anual – fora de 7,4%, daí em diante, o PIB descreveu contínua trajetória de queda, pois entre 1981-1990 atingiu 1,6%, entre 1991-2000 chegou a alcançar 2,5%, de 2001 a 2010 esboçou ligeira reação ao atingir média anual de 3,6%, contudo de 2011 a 2019 voltou a diminuir ficando em torno de 1,4%.

Cabe assinalar que o país mergulhou numa aguda recessão entre 2015 e 2016, resultante do profundo ajuste fiscal praticado pelo governo

Gráfico 1: Exportações brasileiras por fator agregado (em % do total das exportações: 1997, 2007, 2017, 2020).



Fonte: MDIC, Elaboração dos autores.

federal, visto que a taxa de crescimento do PIB despencou respectivamente para -3,5% e -3,2%.

A magnitude do ajuste foi de tal grandeza, que a taxa de desemprego total como porcentagem da população economicamente ativa total, aumentou de 6,9% em 2013 para 12,3% em 2018.

A inflação medida pelo IPC (FIPE) reduziu de 11,0% a.a. em 2015, para 3,0% a.a. em 2018, o que motivou o próprio Banco Central a dar início a um movimento de diminuição gradual da taxa de juros (SELIC).

É oportuno observar que a crise fiscal em que ingressara o governo federal desencadeara um conjunto de medidas de restrição de gastos que ficou conhecida como sendo a PEC dos gastos públicos ou, PEC 241.

E a PEC 241, ao restringir gastos públicos quer dizer que não empregará mais nenhum recurso para o desenvolvimento econômico e dentro dessa perspectiva, agravará ainda mais a realidade social onde prevalece a desigualdade e a pobreza a despeito de todo o avanço proporcionando pelo Plano Real e pelos programas de renda mínima dos últimos governos. Além disso, a PEC 241 irá provocar a precarização da administração pública com a erosão do art.37 da Constituição Federal e por consequência da continuidade dos serviços públicos, atingindo assim, a maior parte da população brasileira, tão necessitada dos investimentos de saúde, educação e segurança pública (KARNIKOWSKI, 2016, p. 104-105).

De fato, apenas para se ter uma noção da magnitude da restrição dos gastos públicos do governo federal, segundo o Novo Regime Fiscal (NRF) as perdas estimadas para a Assistência Social informadas pelo IPEA – de acordo com Nota Técnica publicada em setembro de 2016 – acumulariam no período compreendido entre os anos de 2017 até 2036 o equivalente a R\$868,5 bilhões.

Além disto, não seria repetitivo assinalar tanto na área econômica como na área social, ainda prevalece uma situação deveras preocupante.

Na área econômica, um dos temas que vem despertando atenção e preocupação está relacionado ao fenômeno da desindustrialização da economia, visto que, entre os anos de 1970 até o ano de 1985, a participação da indústria de transformação no PIB oscilou entre 29,3% e 35,9% respectivamente. Entretanto, a partir de 1990 em diante, num movimento continuamente cadente, a participação da IT no PIB recuou para tão somente 11,3% no ano de 2019, segundo as estatísticas do IPEADATA.

Além disto, a participação da manufatura brasileira no Valor Adicionado da Manufatura Mundial após ter alcançado 2,67% em 2010, daí em diante em movimento descensional fechou 2019 com participação de 1,25%.

Do mesmo modo, também não deixa de ser preocupante o movimento de reversão que ocorreu e, ainda continua em curso no setor

Tabela 1: Brasil, índice de quantum e de preços das exportações de produtos básicos: 2012, 2014, 2016, 2018, 2020.

ANO	Índice(média2006=100)	
	Quantum	Preços
2012	134,3	209,7
2014	144,4	188,4
2016	158,9	123,6
2018	199,7	149,7
2020	212,9	139,5

Fonte: Ipeadata, Elaboração dos autores.

Tabela 2: Participação % do Valor Adicionado e do Pessoal Ocupado no total da indústria: 2007 e 2015.

Setores das Indústria	Valor		Pessoal	
	Adicionado	Ocupado	2007	2015
Baseado em recursos naturais	40,9	46,2	36,2	40,5
Intensivo em trabalho	13,4	14,7	31,3	28,1
Intensivo em Escala	31,1	24,7	19,9	19,0
Baseado em Engenharia e P&D	14,5	14,4	12,6	12,4
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IEDI, Elaboração dos autores

externo da economia brasileira, especialmente em relação à composição das suas exportações por fator agregado. Ocorre que de acordo com as estatísticas de Comércio Exterior (Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio Exterior – MDCIC) em porcentagem das exportações totais, enquanto gradativamente aumentava a participação dos produtos básicos, em sentido oposto, recuava a participação dos produtos manufaturados.

Muito embora o aumento da participação dos produtos básicos no total das exportações do país, tenha sido decorrente da expansão da demanda mundial liderada pela China e, pelo aumento dos preços das commodities agrícolas e minerais, o fato mais preocupante se deve a redução significativa da participação das exportações de produtos manufaturados, o que poderia estar sinalizando perda de competitividade da indústria nacional.

Ainda em relação ao comércio exterior brasileiro, outra informação que desperta atenção diz respeito ao volume e aos preços das exportações de produtos básicos.

De acordo com os índices da tabela 1 observa-se um movimento ascendente do volume físico das exportações (quantum) e, em sentido oposto um movimento descendente dos preços das exportações brasileiras.

Mesmo assim, a balança comercial brasileira vem desde 2015 produzindo superávit comercial, chegando a acumular entre 2015 até 2020, o equivalente a US\$262,3 bilhões.

Entretanto, como reflexo da fraca disposição à inovação, a reduzida competitividade da indústria nacional se traduz por meio das suas exportações, tendo em vista que, registros recentes do comércio exterior brasileiro revelam que mais de 67% das exportações de produtos industrializados eram de baixa e de média baixa tecnologia.

Outro aspecto que denota atenção relaciona-se à estrutura do VA (Valor Adicionado) e do pessoal ocupado na indústria segundo setores específicos.

Verifica-se que mais de 60% do VA e do pessoal ocupado na indústria em 2015, estava concentrado em segmentos de baixa e de média baixa intensidade tecnológica, sendo este um dos motivos que explicam o fato de serem baixos os salários no Brasil.

Com o advento da Terceira Revolução Industrial e da globalização, a inovação assumiu papel de grande relevância na promoção do desenvolvimento econômico, contudo, no Brasil, ainda prevalece uma situação preocupante.

Em comunicado à imprensa feito pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) em 13/07/2020 sob o título “País acumula perdas em inovação em processos e produtos”, numa autocrítica ao próprio setor industrial, como também a outros e ao setor público, o órgão fora taxativo ao afirmar que:

Falta engajamento das empresas, são insuficientes os programas públicos de apoio à ciência, tecnologia e inovação há pouca interação e coordenação entre instituições de pesquisa, empresas e setor público e pouca integração internacional, e falta mão-de-obra qualificada (IEDI, 2020).

Como se não fosse suficiente, somam-se aos problemas macroeconômicas de curto prazo e daqueles pertinentes à indústria de transformação, outros de ordem social que ainda carecem de respostas.

Embora com certa defasagem, as estatísticas que abordam o problema da pobreza no país, revelam-nos que a quantidade de pessoas em situação de pobreza reduziu-se de 61,3 milhões em 1990, para 26,5 milhões de pessoas em 2014, sinalizando que apesar dos avanços alcançados pelos programas sociais, muito falta ainda há ser realizado. Observa-se que a maior parcela da população brasileira em situação de pobreza localizava-se nas áreas urbanas metropolitanas.

De acordo com o Censo Demográfico de 2010 (IBGE), a população urbana residente em domicílios particulares permanentes localizadas

em aglomerados subnormais respondia por um total de 11,4 milhões de pessoas.

A taxa de mortalidade infantil (mortes por 1000 nascidos vivos), embora tenha sofrido aguda redução de 136,2 (1950-1955) para 13,0 (2015-2020), ainda continua alta quando comparada ao padrão internacional dos países desenvolvidos.

Nas regiões Norte e Nordeste, ainda permanecem percentuais expressivos de pessoas residentes em domicílios em situação de ausência de serviços de coleta direta ou indireta de lixo, de abastecimento de água por rede geral e, de esgotamento sanitário por rede coletora. Do mesmo modo, porém em menor escala, esta situação também se faz presente nas regiões Sul e Centro – Oeste – de acordo com o IBGE – PNAD: Síntese de Indicadores Sociais.

A supra citada pesquisa também nos mostra outro aspecto social preocupante no país que examina o percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade sem ensino fundamental completo e em ocupação informal, pois, em 2017, foram registrados os seguintes resultados: no Nordeste, o percentual era de 40,7%; no Norte 33,9%; na região Sudeste 23,4%; no Sul 26,1% e, na região Centro-Oeste 26,3%.

Outra questão que tem se agravado no país, provocado pela potencialização de vários fatores de ordem econômica, social, institucional, política, entre outros, relaciona-se à escalada da violência. De acordo com o “Atlas da Violência” publicado pelo IPEA:

- A taxa de homicídios dos negros aumentou de 30,7 em 2000, para 43,1 em 2017;
- Na direção oposta, a taxa de homicídios dos não-negros reduziu respectivamente de 37,5 para 30,1;
- O número de estupros aumentou de 12.087 em 2011, para 22.918 em 2016;
- a taxa de homicídios da população entre a 15 a 29 anos de idade aumentou de forma exponencial, pois, de 19,5 em 1980, atingira 69,9 em 2017;

- O número de suicídios aumentou de 3.490 em 1979 para 12.495 em 2017, e;
- As mortes violentas mais que dobraram, pois de 65.253 em 1979 alcançaram 158.657 no ano de 2017.

Além destes, outros problemas de ordem social não menos importantes merecem a devida atenção como a desigualdade distributiva da renda e da riqueza, a desigualdade de gênero, de etnia, de acesso e de oportunidades, a saúde e a educação pública, habitação e infraestrutura urbana, juventude, terceira idade.

Pandemia e o conflito entre economia e saúde no Brasil.

Ainda que resumido, o painel de problemas econômicos e sociais anteriormente examinado retrata a dimensão do desafio há ser doravante enfrentando pelo governo, como também pelos empresários industriais, esboçando ao nosso ver um dilema entre competitividade empresarial e equidade social, mesmo porque o desenvolvimento econômico depende do desenvolvimento social e vice-versa.

No Brasil, não bastasse a instabilidade institucional protagonizada pela relação instável entre os três poderes, a situação fiscal do governo federal inspirava preocupação – mesmo após a aprovação da PEC 241-, pois, a Dívida Bruta do Governo Federal (DBGF) aumentou de R\$3,252 trilhões em dezembro de 2014, para R\$5,500 trilhões em dezembro de 2019. Em porcentagem do PIB, a DBGF de 56,3% em 2014, alcançara em dezembro de 2019 o equivalente a 74,3%.

Diante disto, nem bem a economia do país encerrava um ciclo recessivo de dois anos (2015-2016) e, iniciava, ainda que, timidamente sua recuperação, uma nova conjuntura mundial emergia, desta vez, provocada por uma crise sanitária advinda da pandemia da COVID-19. Em fevereiro de 2020, quando então os primeiros casos de infecção de COVID-19 foram registrados, as orientações seguidas e indicadas pelo Ministério da Saúde do Brasil – em consonância ao protocolo de prevenção recomendado pela

Organização Mundial da Saúde – sinalizavam que a crise sanitária iria desencadear efeitos deletérios sobre a economia e, consequentemente sob o mercado de trabalho.

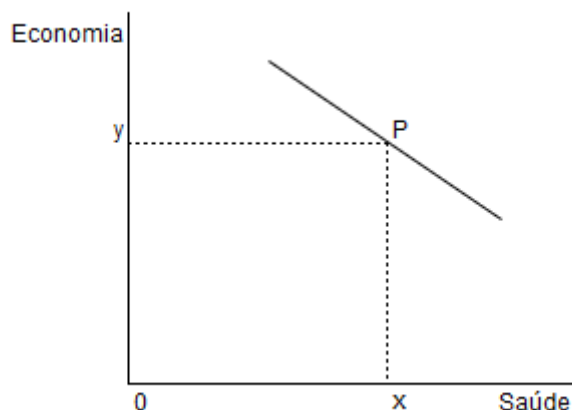
El COVID-19 ha generadoun enorme impacto sanitario, social y economico, que se ha cobrado un numero muy elevado de vidas humanas enlos países de America Latina y en Caribe. [...]. Em un momento en que laconfianzaenlasinstituciones publicas ya se encuentraen niveles historicamente bajos, losgobiernosintentan resolver el dilema de cómo aplicar medidas de emergencianecesaria y, almismo tempo, preservar eltejidodemocratico, salvaguardarlosderechos humanos y mantenerlos avances logrados en matéria de paz (NACIONES UNIDAS, 2020, p.6).

Em tais circunstâncias, reforça-se ainda mais a incontestável necessidade da presença do Estado e das suas respectivas políticas públicas visando mitigar os impactos da crise sanitária sobre importantes setores da sociedade, uma vez que, as medidas de prevenção como é o caso do distanciamento social, exerceria impacto negativo, porém diferenciado nos setores de atividade econômica e, por conseguinte no emprego.

The immediate priority is to contain the fallout from the COVID-19 outbreak, especially by increasing health care expenditures to strengthen the capacity and resources of the health care sector while adopting measures that reduce contagion. Economic policies will also need to cushion the impact of the decline in activity on people, firms, and the financial system; reduce persistent scarring effects from the unavoidable severe slowdown; and ensure that the economic recovery can begin quickly once the pandemic fades.(International Monetary Fund, 2020).

Diante de uma crise sanitária de tamanha gravidade como a pandemia de COVID-19, o seu enfrentamento requer uma ação efetiva e coordenada do Estado através de políticas públicas suscetíveis de atenderem as necessidades mais relevantes dos setores mais diretamente afetados.

Figura 4: Economia versus Saúde.



Fonte: Elaboração dos autores.

Será necessário abordar la crisis en dos fases: una de contención y estabilización, seguida de otra de recuperación. En ambas fases, las políticas de salud pública y las políticas económicas han de cumplir papeles fundamentales.

Las cuarentenas, los confinamientos y el distanciamiento social son indispensables para desacelerar el contagio, dar tiempo a los sistemas sanitarios para que puedan absorber la escalada de la demanda de sus servicios y dar tiempo asimismo a los investigadores para que procuren desarrollar tratamientos y una vacuna. Estas medidas pueden ayudar a evitar una caída de la actividad aún más grave y prolongada, y pueden sentar las bases para la recuperación económica (FONDO MONETARIO INTERNACIONAL, 2020).

Desta forma, é inquestionável a necessidade de ações coordenadas e articuladas entre os três níveis de governo nas áreas econômica e de saúde sob o comando do governo federal no enfrentamento da pandemia.

Diante de circunstâncias excepcionais como a desta crise sanitária, o dilema das espadas e dos arados ou, defesa e bem-estar, nos mostra que não pode haver preferência por um objetivo em detrimento de outro.

A figura 4 demonstra que a importância e a prioridade conferida ao objetivo saúde (x), é mesma dada ao objetivo economia (y), logo, não

haveria, desta forma, nenhum dilema ou trade-off entre ambas as áreas. Não estamos nos referindo ao volume de recursos financeiros a serem destinados para ambas as áreas, mesmo porque, o mesmo vai depender do tempo de duração da pandemia.

Além disto, fica mais do que evidenciada a necessidade do Estado se fazer presente, principalmente como instituição responsável pela elaboração de um plano nacional de combate à pandemia, como, também, compete-lhe a função de liberar/ transferir recursos financeiros para as áreas econômica e de saúde.

Ao se reconhecer a necessidade e importância de intervenção estatal (o que implica em desistir de perseguir metas de superávits primários e obedecer a tetos de gastos no curto prazo), pode-se elencar três frentes de atuação para a política econômica, com foco na política fiscal e de crédito. A primeira frente e mais importante é o direcionamento de esforços para reforçar o sistema de saúde, ou seja, precisa-se defender a vida em primeiro lugar. [...]. A segunda frente, com foco na área social, remete à realização de ações para prover proteção às pessoas que estão restritas do trabalho e da renda, principalmente as mais vulneráveis, em virtude do isolamento social. [...]. A terceira frente é a econômica (KROTH, 2020, p.4).

Conforme examinamos anteriormente, a situação econômica e social do país já inspirava preocupação, principalmente aquela parcela da população mais vulnerável e dependente dos serviços públicos essenciais como saúde, educação, saneamento básico entre outros.

Aliás, é oportuno salientar que no Brasil, menos de 30% da população possuía plano de saúde privado, tanto que, segundo a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANSS), ao final do 1º trimestre de 2019, somente 47,0 milhões de pessoas eram beneficiárias de planos de saúde privado, revelando desta forma que a maior parcela da população brasileira ainda dependia de saúde pública. Por sua vez, segundo o documento “Panorama Social de América Latina” produzido e publicado pela CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe) o gasto social do governo central em porcentagem do PIB mostrava que o Brasil no ano de 2019 gastou 13,0% em educação e 12,0% em saúde e, que numa lista composta por 24 países, o Brasil só superava a Argentina em saúde e educação e Costa Rica e Cuba em Saúde.

A inesperada aparição da pandemia de COVID-19 estimulou a proliferação de debates inovadores e instigantes. [...]. Tudo parece indicar que, como afirma Naomar Almeida Filho “As estratégias chamadas de mitigação, sem distanciamento social generalizado, não serão eficazes para reduzir o impacto da pandemia. Para achatar a curva epidêmica, será preciso recorrer a estratégias chamadas de supressão. Isso quer dizer drástica redução do contato social” (CAPONI, 2020, p. 209-210). (Apud Almeida Filho; Dias; Martins, 2020, p.3).

Entretanto, no Brasil, a postura do seu chefe de Estado e chefe de governo foi, desde o início da pandemia contrariar as recomendações da OMS (Organização Mundial da Saúde) insistir no tratamento precoce para o qual não existe comprovação científica, incentivar as aglomerações negando e combatendo frontalmente o distanciamento social, declinando preferência pela economia em detrimento da saúde. O discurso do executivo nacional denotava explícita preocupação com o crescimento da

economia, conseqüentemente com o nível de atividade econômica, motivo pelo qual execrava o distanciamento social, além do que, revelava excessiva inquietação com a situação fiscal do governo central. Do mesmo modo, enfatizava a necessidade da população continuar trabalhando de modo a preservar a sua subsistência.

Esse negacionismo que foi adotado pelo atual governo já na campanha eleitoral, com seu desprezo pelas universidades, pela pesquisa científica, pelos direitos das populações vulneráveis, pelas comunidades indígenas, LGBT, população de rua, mulheres em situação de violência etc., agrava-se em tempos de pandemia, quando existe maior necessidade de um Estado que garanta o exercício dos direitos (CAPONI, 2020, p. 210-211).

Numa crise sanitária de tamanha gravidade como a pandemia de COVID-19, seria de se esperar uma postura mais pró-ativa do governo federal baseada na sua efetiva capacidade de liderar ações bem articuladas e coordenadas com outros entes federativos. Lamentavelmente, a sua inépcia e falta de empatia com a própria vida humana combinada com a sua atitude negacionista, baixíssima para não dizer total incapacidade de gestão pública e elevada competência para provocar a discórdia, obrigou os governos estaduais e municipais a preencherem este vácuo.

O mais drástico desse vazio e inépcia de propostas econômicas, é a aposta e defesa por parte do núcleo duro do governo, de retomar as atividades econômicas (findar o isolamento social), no exato momento em que a contaminação está em uma escalada exponencial e a maioria dos países está adotando medidas mais duras para a contenção da transmissão, seguindo orientações da Organização Mundial da Saúde. Nesse caso, ao invés do governo planejar em conjunto com os entes federados, uma saída coordenada e gradual do isolamento, o governo estimula o reinício das atividades de maneira descontrolada, impondo sérios riscos para a saúde da população e para a própria economia (KROTH, 2020, p. 13).

Assim, o presidente em exercício declina a preferência por expor a população ao risco, porém, mantendo desta forma, a economia em pleno funcionamento, do que, acatar as orientações das autoridades sanitárias de modo a preservar vidas. Diante disto, apesar de haver inúmeras vozes que expressam opinião contrária, para o comandante do executivo nacional, não só existe um dilema entre economia e saúde, como seu apego ao crescimento econômico não lhe permite avistar um horizonte mais amplo.

Cabe observar que muitos líderes mundiais tiveram sua popularidade aumentada devido ao enfrentamento que comandaram em seus países. A falsa dicotomia produzida entre o crescimento econômico 'ou' a saúde da população no Brasil gerou um discurso ruidoso, confuso, dúbio e repleto de incertezas, de tal forma que o papel do Ministério da Saúde como fio condutor e articulador das outras políticas sociais desapareceu. E a popularidade do presidente começou a decair (SODRÉ, 2020, p. 6).

De fato, não bastasse a ausência do governo federal no comando e na coordenação de combate à pandemia, o negacionismo e as atitudes contrárias às medidas de proteção do presidente em exercício, somente serviram para confundir e dividir a população. Além disto, a politização da pandemia ao invés de promover a união, acabou exacerbando a divisão e o confronto do governo federal com os outros dois entes federativos.

A narrativa de que a economia deveria ser privilegiada, em detrimento da saúde, é algo que não se sustenta. [...], pode-se afirmar categoricamente que, se as pessoas ficassem inicialmente em isolamento social por determinado intervalo de tempo (evitando a contaminação em massa pelo vírus), e atendo-se estritamente aos efeitos econômicos desta questão, seria muito melhor a qualquer governo pagar para as pessoas ficarem em casa do que assumir os custos sociais e econômicos vinculados à proliferação do vírus com todos os tratamentos médicos decorrentes, os impactos diretos e indiretos dos falecimentos, todos os procedimentos de assepsia atualmente necessários (em larga escala), e

assim por diante. Isto posto, é falsa a alegação de que o distanciamento social, até mesmo um lockdown momentâneo, prejudicaria sobremaneira a economia (ORNELAS, 2021, p. 1264).

Todavia, como o desempenho da economia é decisivo nas campanhas eleitorais, a obsessão atribuída pelo presidente ao crescimento da economia se explicaria em virtude da sua intenção de se reeleger, razão pela qual, pareceres esquecer-se ou, confundir exercício do cargo com campanha eleitoral.

O negacionismo à ciência, o desrespeito aos protocolos de prevenção, a ausência de comando e de coordenação e, a desastrosa gestão de um militar na condução do Ministério da Saúde contribuíram decisivamente para o aumento do número de casos de infecção e número exorbitante de pessoas que perderam a vida. Além disto, concomitante à crise sanitária, agravava-se a situação social de milhões de brasileiros em decorrência da vigência da austeridade provocada pelo Novo Regime Fiscal.

Pesquisa recente realizada e publicada pela FGV "Bem-estar Trabalhista, Felicidade e Pandemia" retrata através de indicadores a situação econômica e social como reflexo do NRF e da pandemia. Em recente artigo publicado no sítio eletrônico Outras Palavras (15/06/2021) "Brasil mergulha no fosso da desigualdade" Paulo Kliass sintetiza a citada pesquisa ao dizer que:

Pesquisa mostra face nefasta da "austeridade" na pandemia. Desocupação sobe; renda e indicadores de bem-estar caem de forma vertiginosa. Já os bancos multiplicam suas fortunas. [...]. Assim, os recordes sucessivos nos indicadores de desemprego e informalidade/ precariedade no mercado de trabalho somam-se à redução expressiva da capacidade que a administração estatal apresenta em oferecer os serviços públicos, tal como previstos na própria Constituição. A renda das famílias cai de forma abrupta, ao mesmo tempo em que o acesso a direitos como educação, assistência social, saúde e previdência social, entre outros, fica bastante debilitado (KLIASS, 2021, s/ pág.).

Convém ainda acrescentar que, ao final de 2020, terminou o prazo de validade do auxílio emergencial de R\$600,00 cuja renovação para 2021 teve seu valor reajustado para baixo, oscilando entre R\$175,00 e R\$350,00. Para agravar ainda mais a situação econômica daqueles que foram mais atingidos pela pandemia, o valor máximo do novo auxílio emergencial não é suficiente para sequer adquirir uma cesta básica de alimentos, além do que, os recentes reajustes de preços dos alimentos, do gás de cozinha, dos combustíveis e da energia elétrica contribuíram para o aumento da inflação.

Diante disto, voltamos ao passado, notadamente nos anos 1980, uma vez que, a economia brasileira experimentou a combinação de baixo crescimento econômico com inflação, fenômeno descrito como stagflation e seu desempenho descrevera um movimento do tipo “stop and go”.

Além disto, não bastasse o fato do Brasil ser um país matizado por acentuadas desigualdades, o falso dilema sustentado pelo governo federal na pandemia entre economia e saúde, só reforçou ainda mais, certas contradições.

[...], como explicar a profunda crise econômica e social que o Brasil atravessa e esse movimento localizado de ganhos e valorização em um universo tão seletivo e restrito de empresas e ações? [...]. O desemprego atual é recorde, mas o volume recente de transações na B3 também é recorde. O número de mortes provocadas pelo COVID-19 se aproxima tragicamente de meio milhão, mas os lucros dos bancos continuam registrando valores crescentemente bilionários. Estas são apenas algumas das inúmeras contradições de um dos países mais desiguais do mundo (KLIASS, 2021, s/ pág.)

Como se não bastasse, outro problema social que voltou a se agravar com a pandemia diz respeito à segurança alimentar, pois em 2020, de acordo com o “Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil” realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (PENSSAN), encontravam-se em situação de IA leve 73.423.348 moradores, IA

moderada 24.284.652 e, em situação de IA grave 19.134.556 de moradores.

[...], a principal medida compensatória adotada, o auxílio emergencial aprovado pelo Congresso Nacional para reduzir os efeitos da crise sanitária sobre o emprego e a renda, tem sido insuficiente para superar a condição de IA das famílias (PENSSAN, 2021, P. 45)

Por sua vez, mesmo com a permanência de programas sociais como Bolsa Família (BF), O Benefício de Prestação Continuada (BPC) mais o auxílio emergencial, com a crise sanitária a situação de IA ressurgiu com maior vigor, contudo não recebeu do governo federal a devida atenção.

A comparação dos níveis de SA/IA entre a POF de 2018 e o presente inquérito do VIGISAN mostra a gravidade da superposição da crise econômica e crise sanitária em todo o território nacional, sem uma adequada resposta advinda da política pública (PENSSAN, 2021, p.49).

Assim, a preferência atribuída à economia acaba agravando ainda mais a dimensão social e, esta, por sua vez, inibe e limita tanto o crescimento como também o desenvolvimento econômico descrevendo desta forma um movimento semelhante ao círculo vicioso proposta por Myrdal.

Enfim, é lamentável que num dos momentos mais críticos vivenciados pelos brasileiros, quando milhares de vidas foram interrompidas pela COVID-19, o comando do país esteja nas mãos de um presidente negacionista, que dada a sua falta de empatia com a vida humana, preferiu optar pela saúde da economia do que preservar vidas.

METODOLOGIA

Nas crises de natureza econômica a intervenção do Estado baseia-se na mobilização dos instrumentos de ação – tributários/ fiscais, monetários e cambiais -, cujo objetivo é atenuar impactos e evitar que a economia se desequilibre

ou, até mesmo sofra alguma retração mais acentuada.

Entretanto, em se tratando de um fenômeno como uma pandemia, cujo efeito de propagação exige medidas preventivas que impactam diretamente a economia e, conseqüentemente o emprego e a renda, a ação do Estado requer a adoção de medidas que sejam convergentes/complementares de modo a atender tanto as necessidades ditadas pela economia, como, também, principalmente e prioritariamente as demandas da área da saúde.

Em tais circunstâncias, os governos nacionais adotam medidas de combate à pandemia de acordo com suas possibilidades financeiras, disponibilidade de recursos humanos, estrutura organizacional da área de saúde de pública etc., as quais, podem coincidir com a de outros países, como podem em outros casos serem divergentes. No entanto, um procedimento que deveria ser comum a todos os países – que é o protocolo de prevenção orientado pela OMS – acabou sofrendo resistência e orientações contrárias em outros países.

Diante disto, este artigo propôs examinar o caso particular da pandemia de COVID-19 no Brasil, notadamente o dilema entre economia e saúde.

Assim sendo, procuramos inicialmente explicitar o desenvolvimento como fenômeno multidimensional e, explicar o significado de alguns termos econômicos equivalentes ao termo dualismo. Tal opção, deve-se ao fato, de que, muitos problemas econômicos decorrem de situações conflitantes cuja solução depende de escolhas.

Na sequência, através de indicadores econômicos e sociais pré-pandemia destacamos alguns problemas ainda vigentes no país naquelas mesmas duas áreas. Assim, utilizamo-nos de dados estatísticos baseados em séries estáticas e dinâmicas.

Estática: quando mostra uma determinada situação em um determinado momento, podendo ser comparada a uma foto da situação. [...].

Dinâmica: quando diz respeito a intervalo de tempo e expressa a evolução dos fenômenos ou a distribuição de um caráter que pode ser quantitativo ou qualitativo (PARRA FILHO & SANTOS, 1998, p. 167-168).

Este breve panorama econômico e social do país, pré-pandemia, prestou-se para mostrar que além dos problemas ainda presentes nas duas áreas, a tímida recuperação da economia associava-se à frágil situação fiscal do governo central, o que exigiria, sem dúvida, algum sacrifício do poder executivo em termos de escolha, qual seja: recuperar a economia ou salvar vidas.

Posteriormente, abordamos a crise sanitária provocada pelo COVID-19 e o dilema entre economia e saúde no Brasil.

Na seção seguinte reservamos espaço para abordar o problema da pandemia no Brasil sob a ótica da Teoria dos Sistemas.

Trata-se portanto, de uma pesquisa bibliográfica baseada em consultas realizadas em livros, artigos científicos, periódicos, relatórios e resumo de informes de organismos internacionais.

A pesquisa enquadra-se no método funcionalista, tendo em vista que “[...] é baseada mais em uma interpretação dos objetos (fatos) do que em uma coleta de dados propriamente dita para investigação” (FACHIN, 2001, p. 45).

Consideramos também que a pesquisa pode ser classificada como sendo do tipo “[...] descritiva, que se restringe à descrição dos fatos; analítica, que faz análises interpretativas dos dados [...]” (CHIZZOTTI, 2000, p. 27).

É oportuno salientar que embora a pesquisa tenha recorrido ao emprego de dados quantitativos, os mesmos, não receberam nenhum tratamento baseado no cálculo estatístico.

ECONOMIA E SAÚDE EM PERSPECTIVA SISTÊMICA

A perspectiva sistêmica da sociedade, propõem enxergarmos além das relações cartesianas, às quais nos acostumamos, buscando contemplar o todo indivisível da humanidade planetária. Como indivíduos, os seres humanos convivem uns com os outros, assim como com todos os demais seres da criação, em um meio ambiente compartilhado, que conecta todos. Neste sentido, em uma perspectiva ampla, poderíamos dizer que a saúde de um, pode refletir na saúde de todos, haja visto a recente crise sanitária desencadeada pelo corona-vírus que está aí para nos provar esta relação e/ou inter-relação inexorável. Guardadas as devidas comprovações científicas, pode-se apreender desta situação que, um ser humano em situação de vulnerabilidade socioeconômica ou até mesmo por uma questão cultural – e não sabemos sua motivação –, ao realizar suas necessidades alimentares contraiu o temido vírus, que a partir daí, espalhou-se para todos engendrando o dilema entre a escolha dual entre a economia e a saúde.

Segundo Capra (2006, p. 23),

Quanto mais estudamos os principais problemas de nossa época, mais somos levados a perceber que eles não podem ser entendidos isoladamente. São problemas sistêmicos, o que significa que estão interligados e são interdependentes. [...] A escassez dos recursos e a degradação do meio ambiente combinam-se com populações em rápida expansão, o que leva ao colapso das comunidades locais e à violência étnica e tribal que se tornou a característica mais importante da era pós-guerra fria.

A teoria cartesiana, com seus critérios de cientificidade positivista desenvolveu-se a partir da repartição das áreas do conhecimento, realizando pesquisas com foco na especialização que este paradigma buscou. Assim, o conhecimento econômico, assim como o da saúde avançaram separadamente, através do conhecimento específico inerente às suas

necessidades intrínsecas. Este pensamento, desenhou o processo social como uma máquina, com engrenagens e partes que podem ser substituídas e/ou eliminadas a qualquer momento, onde não era observado as relações e/ou inter-relações, assim como o impacto que uma decisão deste tipo pode causar no todo. Segundo Capra (2006, p. 46)

O primeiro critério e o mais geral, é a mudança das partes para o todo. Os sistemas vivos são totalidades integradas cujas propriedades não podem ser reduzidas às de partes menores. Suas propriedades essenciais, ou “sistêmicas”, são propriedades do todo, que nenhuma das partes possui. Elas surgem das “relações de organização” das partes – isto é, de uma configuração de relações ordenadas que é característica dessa determinada classe de organismos ou sistemas. As propriedades sistêmicas são destruídas quando um sistema é dissecado em elementos isolados.

Com o avanço da sociedade e o conseqüente aumentando de sua complexidade das sociedades hodiernas, surgiu a necessidade de novos olhares para compreender fenômenos cada vez mais complexos. No tempo presente, muitos são os desafios que emanam da relação do ser humano com a natureza, a mais evidente destas, a exploração desregrada e desmedida do meio ambiente, com o objetivo, puro e simples, de aumentar a riqueza material de alguns. Neste complexo de desafios, aparecem questões como a profunda e crescente desigualdade das classes sociais e, toda sua gama de situações provocadas, a partir, da dinâmica que se estabelece entre: o trabalho – dimensão econômica; a renda – meio de acesso; e, a satisfação das necessidades elementares do ser humano – dimensão da saúde biológica e psicológica. Como pano de fundo, o paradigma que norteou toda a construção social que conhecemos neste tempo histórico.

O paradigma que agora está retrocedendo dominou a nossa cultura por várias centenas de anos, durante as quais modelou nossa moderna sociedade ocidental e influenciou significativamente o restante do mundo. Esse paradigma consiste em várias ideias e valores

entrincheirados, entre os quais a visão do universo como um sistema mecânico composto por blocos de construção elementares, a visão do corpo humano como uma máquina, a visão da vida em sociedade como uma luta competitiva pela existência, a crença no progresso material ilimitado, a ser obtido por intermédio de crescimento econômico e tecnológico, e – por fim, mas não menos importante – a crença em que uma sociedade na qual a mulher é, por toda parte, classificada como inferior à dos homens é uma sociedade que segue a lei básica da natureza. Todas essas suposições têm sido decisivamente desafiadas por eventos recentes (Capra, 2006, p. 25).

Segundo Capra (2006), estas noções errôneas que nortearam o desenvolvimento fragmentado da ciência, da política e da sociedade, com “ênfase no método científico e no pensamento racional, analítico, levou a atitudes profundamente antiecológicas” (Capra, 2006, p. 40). Desta maneira, o conhecimento econômico – apesar de seus nuances entre o liberalismo e o bem-estar-social –, que em certa medida, domina a pauta de decisões políticas das nações, estados e cidades, promoveu situações que degradam as condições do meio ambiente, o que não é difícil de ser observado, principalmente nos grandes centros urbanos, assim como em países que cresceram suas economias abruptamente, como o caso da China contemporânea. Assim, para atender ao objetivo puramente econômico não são observadas, nem as condições do meio ambiente, nem mesmo do indivíduo que irá realizar sua vida nesta concretude.

Portanto, o pensamento sistêmico evidencia a necessidade de buscarmos compreender as relações e/ou inter-relações existentes no todo da sociedade planetária, em suas diversas nações, culturas e localidades. Neste sentido, as dimensões da saúde e da economia estão estreitamente ligadas, pois, a produção dos bens e serviços necessários para a vida humana, até o dado momento de desenvolvimento tecnológico, não pode abster-se da intervenção dos próprios seres humanos, que por sua vez, necessitam da materialidade desta produção para satisfazerem

suas necessidades biológicas e psicológicas e, assim terem saúde para continuarem atuando na produção destas mesmas necessidades, conformando assim, um ciclo de retroalimentação. Isto é, não há economia sem saúde, e vice versa.

Segundo Capra (2002, p. 180)

A economia atual caracteriza-se pelo enfoque reducionista e fragmentário típico da maioria das ciências sociais. De um modo geral, os economistas não reconhecem que a economia é meramente um dos aspectos de todo um contexto ecológico e social: um sistema vivo composto de seres humanos em contínua interação e com seus recursos naturais, a maioria dos quais, por seu turno, constituída de organismos vivos. [...] Assim, os cientistas políticos tendem a negligenciar forças econômicas básicas, ao passo que os economistas não incorporam em seus modelos as realidades sociais e políticas.

Neste sentido, a forma e o método cartesiano de compreensão da realidade concreta deixam de contemplar questionamentos a cerca da base de valores fundamentais, pela qual, os desafios que emanam desta realidade, devem ser respondidos. Isto é, ao observar separadamente um mesmo desafio, respostas divergentes podem surgir, pois, via de regra, cada área do conhecimento, tenderá, a defender seus pressupostos buscando atingir seus objetivos específicos. Assim, a economia tenderá a privilegiar respostas que atendam à seu objetivo maior, qual seja, a produção e acumulação de riquezas materiais, enquanto a saúde buscará caminhos para sustentar suas necessidades intrínsecas e, que em certas situações, podem ser inexoravelmente ambivalentes, como no caso perpetrado pela crise sanitária da Covid-19, onde a questão enfrentada mundialmente, resumiu-se em: preservar a economia ou a vida.

Na perspectiva sistêmica, estas relações e/ou inter-relações são de fundamental importância para a compreensão e o enfrentamento dos desafios que surgem na realidade concreta planetária. Desafios como o da recente crise sanitária que se vive no tempo presente, demandam a capacidade de compreensão da

relação de cada uma das partes constituintes da realidade cotidiana dos seres humanos, com o todo planetário. O meio ambiente natural, assim como o social e o cultural, estão interligados de tal maneira, que as ações de cada sujeito, seja individual ou coletivo, seja em qual localidade for, provocará impactos nos demais habitantes do globo, sejam seres humanos, os demais animais ou dos organismos vegetais. Assim, se a ênfase atual está nos aspectos econômicos, pois, via de regra, dão materialidade as necessidades humanas, urge a necessidade de incorporar valores e objetivos que estejam além do mero crescimento e acúmulo de riquezas.

Para Capra (2002, p. 183-184),

A abordagem fragmentária dos economistas contemporâneos, sua preferência por modelos quantitativos abstratos e sua negligência pela evolução estrutural da economia resultam numa defasagem entre a teoria e a realidade econômica. [...]. As anomalias sociais e econômicas que ela não conseguiu resolver – inflação em escala global e desemprego, má distribuição da riqueza e escassez de energia, entre outras – são hoje dolorosamente visíveis para todos.

Desta maneira, a relação inexorável entre indivíduo e sociedade e o desafio perpetrado pela crise sanitária da Covid-19, chama-nos a atenção para a necessária mudança na forma pela qual observamos o sistema social planetário. Percebemos neste desafio da Saúde Pública mundial que estamos todos conectados pelo meio ambiente em que vivemos, assim como pelas relações sociais e econômicas que estabelecemos diariamente uns com os outros. Como um organismo vivo, o planeta envolve todas as formas de vida presentes, assim, inexoravelmente a ação do ser humano não pode ser desprovida de valores que compreendam a dignidade da vida humana, assim como dos demais seres. Pois, na falta destes valores, pode findar-se com as condições naturais necessárias para a continuidade da vida. Portanto, na perspectiva sistêmica saúde e economia estão estreitamente ligados.

Nesta perspectiva os subsistemas da sociedade, economia e saúde, complementam-se, uma vez que, para que possa haver produção econômica, necessariamente, deve haver indivíduos gozando de boa saúde. Neste ponto cabe refletir, sobre o desenvolvimento tecnológico da 4ª Revolução Industrial, especificamente da robótica, como substituta da mão-de-obra humana, contudo, se a produção humana tem uma finalidade, está é a satisfação de suas necessidades físicas e/ou psicológicas através do consumo, que por sua vez, tanto necessita destes produtos para manterem-se saudáveis e, na falta de sujeitos para consumirem o que é produzido, perde-se a necessidade de produção. Deixando de lado esta metáfora escatológica, e voltando ao paradigma sistêmico, cabe destacar que não há subsistema econômico equilibrado sem um indivíduo saudável, pois a relação direta entre estes dois subsistemas da sociedade é inexorável, portanto, o bom desenvolvimento de um depende do bom desenvolvimento do outro.

Segundo Capra (2002, p. 240)

Nossa obsessão pelo crescimento econômico e pelo sistema de valores que lhe é subjacente criou um meio ambiente físico e mental no qual a vida se tornou extremamente insalubre. Talvez o aspecto mais trágico desse dilema social seja o fato de que os perigos à saúde criados pelo sistema econômico são causados não só pelo processo de produção, mas pelo consumo de muitos artigos que são produzidos e promovidos por campanhas maciças de publicidade para alimentar a expansão econômica. [...]. Essa prática, que se converteu em parte integrante da nossa economia, acarreta um sério risco para a saúde, porque muitos dos artigos produzidos e vendidos desse modo têm um efeito direto sobre a nossa saúde.

Observa-se que a grande influência do subsistema econômico nos demais subsistemas da sociedade é preeminente, de maneira que, todas as decisões são avaliadas pelo fundamento da economia. Basta observar que, nesta crise sanitária que enfrentamos, o grande dilema entre o funcionamento da economia e seu fechamento – lockdown – tem assumido grande relevância no

cenário político com embates entre as esferas municipais, estaduais e a federal que defende a continuidade das atividades econômicas, assim como do fluxo de consumo e de pessoas em um cenário de contaminação viral preocupante. Neste contexto, percebe-se que decisões que privilegiam apenas um dos lados – economia vs. saúde – podem conduzir a desafios sociais e econômicos contundentes. Neste sentido, há uma intrínseca relação entre economia e saúde que jamais poderá ser deixada de lado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o desenvolvimento (todo) como um sistema e, suas diferentes dimensões (partes) podemos admitir que num processo dinâmico, todo e partes estabelecem relações de causalidade, de interdependência como ainda de complementaridade. Sendo assim, entendemos que a sua efetiva promoção dependa sobremaneira da ação articulada e coordenada da política de desenvolvimento com outras e demais políticas correlacionadas, uma vez que, é bem provável que sob a ação de políticas desarticuladas e fragmentadas, avanços mais rápidos de determinadas áreas/dimensões podem ocorrer concomitantemente a avanços mais lentos, e/ou até mesmo retrocessos em outras.

No caso do Brasil, apesar de inúmeras conquistas alcançadas em vários setores da sociedade, ainda existem e persistem vários problemas que afetam o desenvolvimento do país, tais como a desindustrialização precoce, a reprimarização das exportações, a desigualdade, o desemprego a taxas elevadas e o alto grau de informalidade do mercado de trabalho, a precariedade dos serviços públicos, principalmente nas áreas de saneamento básico, saúde, educação e segurança pública. Mais recentemente, o governo central diante de uma grave crise fiscal resolveu adotar medidas extremas de contenção de gastos afetando ainda mais as áreas da saúde e da educação.

Para complicar ainda mais, mal a econômica do país se recuperava de uma recessão que durou dois anos (2015-2016), um grave crise sanitária global fora deflagrada pela COVID-19.

Diante disso, a OMS recomendava algumas medidas preventivas, entre as quais, incluíam-se o distanciamento social e, em certos casos mais graves o lockdown, ficando evidente que tais recomendações exerceriam impacto negativo e diferenciado na atividade econômica e, por consequência, afetaria o emprego e a renda. Desta forma, abria-se espaço para um intenso debate no país, o qual, ao invés de aglutinar forças, liderança e coordenação para o enfrentamento da pandemia, acabou provovendo desagregação, conflitos, opiniões controversas que ao contrário de informar foi capaz de causar mais confusão entre a população e os governantes. O governo federal e seu principal protagonista, o chefe do executivo, mostrou-se incapacitado e totalmente despreparado para enfrentar uma crise de tamanha gravidade, amplitude e complexidade como a da COVID-19. Além do mais, a lentidão e a falta de coordenação do Ministério da Saúde, sem contar com a ausência de um plano nacional de combate à pandemia, abriu espaço para que os governos estaduais e municipais adotassem medidas preventivas que contrariavam as recomendações do próprio governo federal.

Por sua vez, o baixo crescimento da economia a elevada taxa de desemprego e a débil situação fiscal do governo central, foram decisivos para que o chefe do executivo demonstrasse obcecada preocupação com a economia em detrimento da saúde, mesmo porque sua postura revelava total desprezo à ciência ao recomendar tratamento por ela mesmo reprovado, posicionar-se contra as recomendações acatadas pelos dois outros entes federativos, estimular a desavença entre a população e os governos estaduais e municipais, inclusive a sua total falta de empatia com determinados grupos sociais e, até mesmo com a própria vida.

A obsessão pela reeleição parece-nos ter sinalizado para o chefe de Estado e chefe de Governo a existência de um dilema entre

economia e saúde, quando na prática a experiência vivida pela maioria dos países demonstrou o contrário, ou seja, o dilema é falso.

Afinal, o que esperar em relação ao desenvolvimento do país, enquanto o mesmo for comandado por alguém que sequer tenha um plano de governo, visão estratégica e sistêmica do desenvolvimento, cuja postura ética é duvidosa e ainda baseada no oportunismo e na conveniência.

Concluindo, considerando o fato de que constatou-se não haver um dilema entre economia e saúde, no contexto da crise sanitária da COVID-19, o objetivo do artigo, inicialmente proposto foi alcançado. Por sua vez, por se tratar de um fenômeno global e recente, o presente artigo contribui para o debate acadêmico, sobretudo na área de Desenvolvimento Regional, suscitando novas pesquisas sobre o tema em outras escalas territoriais, principalmente para avaliar os seus impactos sobre a população e a economia, como também, indagar a respeito das ações dos agentes públicos e privados.

REFERÊNCIAS

(BACEN) Banco Central do Brasil – Séries Históricas

<https://www.bcb.gov.br/estatisticas/tabelas/especiais/>

CAPONI, Sandra. Covid-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal. – São Paulo: ESTUDOS AVANÇADOS, USP, vol 34 (99), 2020.

CAPRA, F. O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Editora Cultrix, 2002.

CAPRA, F. A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. Tradução de Newton Roberval Eicheemberg. São Paulo: Cultrix, 2006.

(CEPAL) Comisión Económica para América Latina y el Caribe, Panorama Social de América Latina, 2020 (LC/PUB.2021/2-P/Rev,1), Santiago, 2021

CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa em ciências humanas e sociais. – 4. ed. – São Paulo: Cortez, 2000.

FACHIN, Odília. Fundamentos de metodologia. – 3. ed. – São Paulo: Saraiva, 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa – 3. Ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FMI: Fondo Monetario Internacional: Informes de Perspectivas de la economía mundial, Abr.de 2020. <https://www.imf.org/es/publications/weo/issues/2020/04/14/weo-april-2020>
#Introducion

FURTADO, Celso. Dialética do Desenvolvimento. 2. ed. – Brasil, Portugal: Editora Fundo de Cultura, 1964.

GADELHA, Carlos Augusto Grabais (coord.). A dinâmica do sistema produtivo da saúde: inovação e complexo econômico industrial. – Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2012.

(IBGE) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística PNAD – Síntese de Indicadores Sociais. <http://www.ibge.gov.br>

(IEDI) Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial – País acumula perdas em inovação em processos e produtos 13/07/2020. <https://www.iedi.org.br>

(IMF) International Monetary Fund – World Economic Outlook: The Great Lockdown- Washington, DC, April, 2020. <https://www.imf.org>

(IPEADATA) Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – Atlas da Violência. www.ipeadata.gov.br/portal

_____ – Banco de Dados. www.ipeadata.gov.br

_____ Nota Técnica, setembro de 2016. www.ipeadata.gov.br/portal

KARNIKORWSKI, Romeu. Estudo e Parecer sobre a PEC 241, 2016. Abordagem sociológica da Política Fiscal no Brasil. PEC da Nova Política Fiscal: “Mãe de Todas as Reformas”. PEC da Desigualdade

Social. – Porto Alegre, Agosto de 2016.
[www.sintese.org.br>images>fique-por-dentro>PEC](http://www.sintese.org.br/images/fique-por-dentro>PEC)

KLIASS, Paulo. Para que a Bolsa deslanche, o povo vai mal. – São Paulo: Outras Palavras, Mercado x Democracia, 08/06/2021.
https://outraspalavras.net/mercado/sdemocracia/para_que_a_bolsa_deslanche_o_povo_vai_mal/

KROTH, Darlan Christiano. A economia brasileira frente a pandemia do COVID-19: entre as prescrições e as propostas do governo. – Chapecó/SC: Texto para Discussão – UFFS, 2020.

(MDIC) Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio Exterior.
<https://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>

(MF) Ministério da Fazenda/Tesouro Nacional: Resultado Primário do Governo Central Brasil – Anual – www.fazenda.gov.br

(UN) Naciones Unidas: Informe – El impacto del COVID-19 en América Latina y el Caribe, julio 2020.
<https://www.un.org/sites/un.2.un.org/files/sg-policy-brief-covid-covid-la...>

ORNELAS, Eduardo Brandão. A teoria keynesiana, o Brasil e a narrativa “economia versus saúde” diante da pandemia: como as estratégias e políticas anticíclicas têm sido utilizadas? – Curitiba: Brazilian Journal of Business, v. 3, n. 1, jan./mar. 2021

PARRA FILHO, Domingos; SANTOS, João Almeida. Metodologia Científica. – 2. ed. – São Paulo: Futura, 1998.

PENSSAN: Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, “Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil” 2021. <https://pesquisassan.net.br>

RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa social: métodos e técnicas. – São Paulo: Atlas, 1999.

ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à Economia – 18 ed. – São Paulo: Atlas, 2000.

_____. Política e Programação Econômicas – 7.ed. – São Paulo: Atlas, 1987.

SANDRONI, Paulo. Dicionário de Economia do século XXI. – 2° ed. – Rio de Janeiro: Record 2006.

SODRÉ, Francis. Epidemia de Covid-19: questões críticas para a gestão da saúde pública no Brasil. – Vitória, ES: Trabalho, Educação e Saúde – Universidade Federal do Espírito Santo, v.18, n. 3, 2020.
<http://www.tes.epsjv.fiocruz.br>

TEIXEIRA, Rodrigo Alves; PINTO, Eduardo Costa. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. – Rio de Janeiro: UFRJ/IE, Texto para Discussão 006, 2012.

(UNIDO) United Nations Industrial Development Organization - Statistical Country Briefs/Unido.
<https://www.unido.org/resources-statistical-country-briefs>

WORLD BANK: Indicadores de desenvolvimento.
<https://data.worldbank.org>